

Verdade na representação. O imaginário na historiografia de Oliveira Martins

Profa. Dra. Patrícia da Silva Cardoso¹ (UFPR)

Resumo:

A recepção da obra de Oliveira Martins é marcada pelo registro daquilo que seus críticos qualificam como contradições, fruto do que se convencionou chamar de uma tendência literária daquele autor, característica que se explica através da peculiar prática discursiva do historiador português, sempre pronto a mobilizar elementos culturais que escapam ao instrumental próprio da abordagem historiográfica e abrem caminho para se pensar a trajetória coletiva como resultado de um conjunto de forças difuso, dificilmente quantificável pela observação objetiva da história. Seu olhar sobre Portugal perturba ao integrar no mesmo contexto dados mais objetivos, ligados ao encadeamento dos fatos, aos efeitos desses mesmos dados sobre a mentalidade daqueles sobre os quais a história incide menos como realidade do que como imagem. Pode-se identificar a força literária do texto de Martins nessa sua recusa em apresentar um sentido unívoco para a história que conta.

Palavras-chave: Oliveira Martins, História, Literatura, Representação, Imaginário

*Y'see, madness, as you know, is like
gravity. All it takes is a little push.
(The Joker)*

I

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à natureza desta comunicação: não se trata de analisar a obra de Oliveira Martins em uma perspectiva historiográfica, de pensá-la como produto de uma “visão histórica do país”, mas de investigar os motivos para a penetração e permanência de seu modo de **representar** a história de Portugal em um imaginário literário que não se restringe à contemporaneidade daquele autor (segunda metade do século XIX), mas se prolonga, estendendo-se ao século XX.

Com o uso do termo **representar** indica-se o tipo de deslocamento operado pelo discurso historiográfico de Oliveira Martins, levando-se em conta a distinção entre as narrativas historiográfica e literária, entendida aqui no âmbito ficcional. A propósito de tal distinção, Paul Veyne afirma que “por essência, a história é conhecimento mediante documentos (...) ela é *diegesis* e não *mimesis*”. Ocorre que na prática historiográfica de Oliveira Martins a *mimesis* tende a substituir a *diegesis*, com isso estabelecendo-se uma particularidade em sua escrita da história que é, de acordo com a hipótese aqui levantada, o facilitador para a constituição da representação martiniana da história de Portugal em uma constante referência para o imaginário literário português.

Aponta para essa especificidade discursiva a observação de António José Saraiva a respeito da *História de Portugal* em seu livro *A tertúlia ocidental*:

(...) [*História de Portugal*] tem também um caráter único que nós só podemos definir dizendo, paradoxalmente, que é uma obra de introspecção. É difícil explicar o que é o retrato introspectivo de uma nação, mas só dessa maneira podemos caracterizar essa obra singular que é a *História de Portugal* de Oliveira Martins. Ele entendeu que a realidade se processa de dentro para fora, da semente para a flor, ao passo que os historiadores comuns, julgando-se cientistas, procedem de fora para dentro, como é habitual na análise científica, mas afastando-se cada vez mais daquilo que pretendem explicar. (SARAIVA, 1996, p. 111)

Esta característica identificada por Saraiva na *História* pode ser ampliada para uma parcela significativa da produção daquele autor, de modo a consolidá-la como o que se poderia chamar de uma dicção, um modo de ser discursivo que implode as fronteiras entre a investigação científica da história nacional (que não pode prescindir de seu caráter *diegético*) e as experiências ficcionais que se apropriam dessa mesma história não para fazer dela um tema a ser glosado, mas sim para explicitá-la como problema. Como exemplo, por essa via se poderá ver uma relação de continuidade entre a **representação** de Portugal enquanto identidade presente no romance *Febo Moniz* e a que se encontra na parcela historiográfica da produção martiniana.

É importante salientar que o bom resultado do acompanhamento desse processo que leva à implosão das fronteiras depende do respeito à especificidade do discurso martiniano, sob pena de se envolver sua leitura da história nacional em uma aura de imprecisão e superficialismo. É o que ocorre, por exemplo, com a abordagem de Carmo Salazar Ponte que, identificando na *História de Portugal* a presença do discurso ficcional, não chega a superar as interpretações que vêm marcando a recepção de tal obra desde seu lançamento – o que exigiu os esclarecimentos do próprio Oliveira Martins, apresentados na “Resposta aos críticos da *História de Portugal*”, publicada como apêndice da 2.^a edição do livro. Ali o autor defende-se daqueles que, como Lobo D’Avila, acusam-no de “não ter uma sistematização geral dos fenômenos sociológicos nem possuir um critério positivo para os avaliar.”²

A relação entre este autor-historiador e o imaginário de sua época é pautada pela fratura, pela recusa – daí a imagem persistente e problemática de Oliveira Martins como iconoclasta, da qual o autor ainda hoje não está de todo livre. Note-se que o movimento descrito por Oliveira Martins – que em certa medida ele compartilha com a Geração de 70 – não permite que se fale propriamente em uma inclusão no imaginário da época, já que o que se tem é uma auto-exclusão procurada, voluntária. No que diz respeito a Oliveira Martins, é justamente essa auto-exclusão procurada a responsável pela completa reordenação do imaginário dominante, do qual se abastecerá a literatura de ficção produzida ao longo do século XX. Nesse sentido, interessa descrever o modo como a recusa ao imaginário dominante, levada a cabo por Oliveira Martins, incide em sua prática historiográfica a ponto de alterar sua natureza enquanto discurso e, a partir daí, forjar uma compreensão do fenômeno histórico que abarca uma série de experiências culturais que tendem a permanecer à margem do historiograficamente documentável. Trata-se, então, de sistematizar o processo que culmina naquela reordenação do imaginário, para tanto identificando os elementos culturais mobilizados por Oliveira Martins em sua produção historiográfica.

Como lembra Gilbert Durand, “o imaginário não é uma ‘disciplina’, mas um tecido conjuntivo ‘entre’ as disciplinas, o reflexo – ou a ‘reflexão’? – que acrescenta ao banal significativo os significados, o apelo do sentido” (DURAND, 1996, p. 231). A obra de Oliveira Martins aponta para isso, pois incorpora, no esforço de interpretar historicamente o que responde pelo nome de Portugal, toda a ambigüidade e contradição que é própria do imaginário feito discurso. Daí, como exemplo, o aproveitamento pessoano da loucura de D. Sebastião a partir do registro encontrado na *História de Portugal* de Oliveira Martins.

A leitura detida de sua obra leva-nos a identificar sua prática historiográfica reflexiva e problematizadora com o que um Zygmunt Bauman define como o aporte adequado à questão da identidade neste século XXI:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2005, p. 17)

II

A hipótese com que se trabalha aqui é a de que, no século XX, o vigoroso aproveitamento literário do tema que identifico como o da “real loucura portuguesa” deve-se ao modo como a loucura dos reis e do reino é representada em Oliveira Martins. Ao inscrevê-la em um contexto de ambigüidade, em que se torna impossível classificá-la como positiva **ou** negativa enquanto fator de constituição de uma auto-imagem coletiva, Oliveira Martins abre o campo para a ação do imaginário literário.

A razão de se focalizar esse aspecto deve-se a sua influência na recepção à *História de Portugal*, já que o tratamento reservado a ele nessa obra suscitou expressivas e contraditórias reações. Afinal, através da loucura o historiador uniu D. Sebastião a seus súditos. Perdido o rei, cabeça daquele corpo coletivo, o reino tratou de mantê-lo vivo através do sebastianismo.

A dureza das infelicidades da pátria levava os espíritos ao estado de uma loucura febril, de uma superstição idiota, de um furor de devassidão, de medo e de extravagância. Tudo se acreditava possível, com o desvairamento do delírio. (...) Portugal era uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnara toda a loucura do povo. (...) A África seduzia-o; mas não tinha planos políticos, nem prudência, nem conselho, nem paciência para ir corrigindo, encaminhando a nação. Um grande milagre, ou uma grande catástrofe, qualquer coisa extravagante e nunca vista; eis aí o seu desejo, a sua ambição. (...) Mas essa catástrofe inevitável tornou-a ele, ao menos, trágica; levantando, com sua morte, uma esperança querida, um símbolo, como uma cruz (...). (MARTINS, 1951, v. 2, p. 55 e 60)

O desencontro nas reações da crítica deve-se em grande medida ao peso de um tal entrelaçamento para a cultura portuguesa. Além disso, o texto do historiador constrói-se pela assunção da ambigüidade, própria das trajetórias coletivas, nem sempre contemplada pelas narrativas historiográficas. Para se ter uma idéia da mudança operada por Martins no discurso predominante acerca do reinado de D. Sebastião e seus desdobramentos, pode-se evocar o que dizia José Agostinho de Macedo a respeito dos sebastianistas no início do século XIX:

Todos os homens de siso se agastam e enjoam até de ouvir falar em Sebastianistas, e têm razão. Na História universal da Demência humana, ainda não apareceu, nem aparecerá, um delírio semelhante. Custa a compreender como se haja podido arrai-

gar e dilatar esta pueril credulidade, que se pode ter alguma desculpa nos anos próximos à morte, e fatal desventura do Augustíssimo Senhor Rei D. Sebastião, (...) é impossível que a encontre agora diante do tribunal da Razão. (...) [P]or estes motivos e pela obrigação de bom Patriota, (...) julguei conveniente desabusar esta seita de crédulos, que na verdade são prejudiciais à pública segurança, e defesa do reino, em quanto fiados nas ridículas profecias permanecem indolentes para tudo. (MACEDO, 1810, p. i e iii)

Como se vê, para Macedo trata-se de associar o sebastianismo à demência com o único objetivo de desqualificá-lo, e, para que seja inequívoca tal desqualificação, registra-a em termos superlativos, de modo que o leitor não tenha dúvidas quanto ao caráter negativo desse caso único na “história universal da demência humana”. Tomando como ponto de partida a mesma loucura, o caminho escolhido por Oliveira Martins revela-se bem diverso deste, pois, quando comparamos esta caracterização com o que se lê na *História de Portugal*, a univocidade interpretativa dá lugar à ambigüidade, graças à qual esta obra conheceu duas vias de leitura: uma que não se intimida com a ambigüidade do texto martiniano, e, pelo contrário, incorpora-a aprofundando a exploração ali iniciada acerca das motivações e desdobramentos de determinadas situações históricas e outra que se revela refratária àquela proposta de interpretação, tendendo a desacreditá-la. Vale dizer que nessa dupla via é nos textos de ficção que se vão encontrar registros de receptividade em maior número, cabendo aos de fundo crítico-historiográfico a resistência.

Assim, houve quem percebesse na caracterização de Oliveira Martins uma força positiva, pois a tal loucura seria um outro nome para o inconformismo. Na literatura imaginativa essa leitura gerou frutos importantes, como o que se vê em *Mensagem*, obra perpassada pelo desejo de superação da condição humana que apenas os loucos como o rei desaparecido em Alcácer Quibir teriam forças para perseguir. Em “D. Sebastião, rei de Portugal”, há um perfeito aproveitamento da interpretação martiniana, articulando-se o poema em torno da loucura do rei para formular a expressão de um inconformismo radical, que sistematicamente afronta tudo o que se imponha como limite, como força constritora.

Louco sim, louco porque quis grandeza
Qual a sorte a não dá
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria? (PESSOA, 1996, p. 32)

Sem qualquer traço da demência de que Macedo queria libertar a coletividade portuguesa, o D. Sebastião que nos fala aqui afirma sem pudor sua loucura para associá-la não à inação, como faz José Agostinho, mas ao impulso que pode levar à ação transformadora.

Já a recepção negativa a essa ligação da trajetória do rei com a loucura ficou por conta daqueles que, como Sampaio Bruno, esforçaram-se por demonstrar o quanto há de equívoco na imagem coletiva criada por Martins a partir daquela união pela via do patológico. Interessado principalmente em refutar o que considera uma visão pernóstica do sebastianismo, porque idealizante de matéria execrável, Bruno taxa de quimérica a teoria histórica de Oliveira Martins,

Que pretendeu, paradoxalmente, erigir o sebastianismo à altura da idiossincrasia moral da gente portuguesa, quando, depois da época naturalmente compatível com a possibilidade da humana existência do rei D. Sebastião, dentro dos limites normais da média da vitalidade, o sebastianismo foi sempre aberrante maluquice, peculiar de escassa data de alienados pacíficos, como tais julgados pelos seus contemporâneos e por seus conterrâneos como tais tidos. (BRUNO, 1993, p. 227)

No primeiro caso o que se tem é a **interpretação metafórica** do termo loucura, no segundo o impacto provocado por sua **compreensão literal**. A partir de suas considerações acerca do reinado de Sebastião – e seus desdobramentos no imaginário cultural português – é possível identificar o processo de revisão das imagens de alguns soberanos portugueses apresentadas na obra de Oliveira Martins, demonstrando-se que o historiador usa a loucura não para criar uma imagem idealizada – para o bem e para o mal – da coletividade portuguesa, incluindo-se aí seus governantes, mas sim para conferir a ela o lastro de humanidade de que eventualmente carece. Se a loucura de D. Sebastião foi a que ganhou mais projeção nessa *História*, não se pode dizer que tenha sido a única, já que é essa uma característica que volta-e-meia o historiador vai usar para melhor representar a personalidade de um governante. Interessante será notar, então, as oscilações no valor atribuído por Oliveira Martins às várias loucuras reais.

No início da *História* apresenta-se o que será o elemento norteador da obra: sua convicção de que o registro histórico está livre de qualquer carga moral. Assim, diz o autor, contar o lado sombrio da história não é um atentado à boa instrução dos leitores, muito pelo contrário, o erro dos antigos serve de alerta e lição para seus pósteros. Além disso, tendo em vista o lado idealista de sua concepção de história, sequer é possível identificar como mau o comportamento dos sujeitos históricos

Que sejam humanamente bons ou maus, importa nada, porque só nos cumpre atender ao destino que os determina, e a moral é um critério incompetente para a esfera ou categoria colectiva de que se trata.

Na esfera dos movimentos de instituições e ideias, na categoria da vida social, as acções dos homens são sempre absolutamente excelentes; porque a supremacia da sociedade sobre o indivíduo consiste no facto da existência de uma consciência superior da Ideia, no organismo que se diz sociedade. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 15)

Entretanto, fiel como é ao princípio da ambigüidade mais do que ao do idealismo, ao mesmo tempo que afirma a neutralidade das implicações morais de determinados episódios históricos Oliveira Martins considera que

nos vícios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos indivíduos que foram, há um exemplo excelente. Na sabedoria ou na loucura dos actos políticos e administrativos passados há um meio de prevenir e encaminhar a direcção dos actos futuros. A história é, nesse sentido, a grande mestra da vida. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 16)

Como se vê, neste início da obra a loucura é um termo usado com conotação negativa, já que é o oposto da sabedoria, atributo que não se encontraria em Afonso Henriques, o responsável pela consolidação da independência portuguesa. Esse primeiro rei seria, para o historiador, excessivamente prático, obstinado na conquista de seus objetivos, o que o distanciava da ponderação própria

do que é sábio. Afastado esse rei da sabedoria, ao final do capítulo que lhe é dedicado o leitor depara-se com a seguinte afirmação:

Como o avaro, em cuja alma a paixão exclusiva absorveu todos os sentimentos e paixões humanas, assim na alma de Afonso Henriques a monomania da conquista, doença vulgar nos príncipes da Idade Média, atrofiara o desenvolvimento de tudo o mais. (...) Nenhum [antepassado] merece respeito maior do que o primeiro de todos aqueles a cujo braço esforçado se deve a obra da constituição política da nação. Neste sentido as manias chegam a ser sublimes. Um salteador é, não raro, um verdadeiro herói; a perfídia é uma virtude, a crueldade é um título de glória, porque o espírito colectivo substitui o critério moral e abstracto pelo critério histórico, o qual tem como base a consagração dos factos consumados.

A separação de Portugal foi um facto consumado, graças ao valente, medíocre, tenaz, brutal e pérfido carácter de Afonso Henriques. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 105)

Por esta passagem nota-se a constituição da estratégia discursiva do autor. Partindo de um aspecto da personalidade de Afonso Henriques, justamente a monomania, um tipo de loucura, Oliveira Martins vai retirando esse rei e seus atos da esfera do mítico, do ideal impalpável, onde a historiografia habitualmente os entroniza, para levá-los de volta à realidade, que afinal foi o único espaço conhecido e palmilhado por aquele governante. Assim, a loucura, associada a outras características igualmente negativas como a brutalidade e a perfídia, tem seu sinal trocado, passando a valer como um atributo positivo desse rei que fez o que dele esperava o contexto histórico e cultural a que pertencia. O que nos diz o trecho é que a grandeza de Afonso Henriques não está em uma pureza cavaleiresca idealmente construída, mas sim em sua inteira humanidade, reconhecível mais pelos defeitos do que pelas qualidades.

Nessa esteira de loucura, depois de Afonso Henriques é a vez de D. Pedro I, cuja imagem na obra se delineia a partir de um comentário de Alexandre Herculano, segundo o qual o rei foi um “doido com intervalos lúcidos de justiça e economia” (MARTINS, 1951, v. 1, p. 129). A ponderação de Oliveira Martins sobre essa afirmação é mais um dado para compreendermos o uso do termo loucura no texto, já que o autor alerta para a necessidade de se evitar analisar o passado com a lente do presente. Desse modo, o uso e a compreensão do termo irão variar com o contexto, o que o leva à seguinte conclusão:

A loucura de D. Pedro vale, portanto, a nosso ver, tanto quanto o banditismo de Afonso Henriques. Os dois reis são os dois tipos – da guerra e da justiça. Assim como a primeira era selvagem e feroz, a segunda é irregular, cheia de caprichos e arbitrária. Mas se Afonso Henriques foi o chefe do bando, D. Pedro é decerto o *pai* da família portuguesa. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 131)

Como se vê por estas observações, na perspectiva de Oliveira Martins D. Sebastião esteve longe de ser o único responsável pela loucura generalizada que eventualmente associou-se ao sebastianismo. Afinal, ela está presente já na fundação do reino, em seus antecessores Afonso Henriques e Pedro I, como componente básico na constituição do perfil identitário da coletividade portuguesa. Também aqui se trata de atribuir à loucura um carácter positivo, ainda que essa positividade seja por assim dizer parcial, pois não está a serviço da criação de imagens idealizadas dessas duas matrizes identitárias. Mais uma vez interessa ao historiador investigar as raízes humanas de sua humana coletividade, um processo para o qual noções como a de sublime absoluto não podem contribuir. Mais adiante nesse mesmo capítulo Oliveira Martins afirmará

A justiça de Pedro I caracteriza-se, pois, para nós, com o merecimento de um tipo, da mesma forma que a guerra de Afonso Henriques. São também os dois indivíduos simbólicos, por isso mesmo que são como que doidos. As fisionomias dos outros reis esbatem-se mais no fundo do quadro, confundem-se de um modo mais ou menos completo na massa de sentimentos do povo; e os seus actos acompanham o desenvolvimento das forças e instintos colectivos, sem os dominarem de uma forma superior e típica. O leitor perspicaz não esquece que estas apreciações excluem a do merecimento individual das pessoas. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 131-132)

Nesta passagem observa-se o esforço do autor para separar a condição de sujeitos históricos dos governantes de seu estatuto de símbolos, ou seja, neste ponto a tal loucura não tem qualquer interesse como índice patológico. Por estes exemplos temos a indicação da especificidade da loucura martiniana, principalmente se pensarmos naqueles dois extremos da recepção de sua obra, referidos acima. Mas, afastada como está da leitura de um Pessoa e de um Sérgio, por mais que sirva como índice de uma humanidade essencialmente problemática, a loucura que Oliveira Martins vê espalhada pela história de seu país não se confunde com a parvoíce, característica que ele atribui a um rei como D. João VI que, ainda na condição de príncipe, é capaz de tomar uma decisão tão execrável – da fuga da família real para o Brasil – que nenhum ato de loucura poderia redimir. Sua trajetória faz-se na contramão da identidade coletiva, o que suscita o seguinte comentário do historiador:

O D. Sebastião de agora, o D. Sebastião dos Braganças sabia fugir em vez de morrer; sabia apenas sacrificar tudo para salvar a si, como fizera o avô, D. João IV. Por tudo isto, o último homem dos de Avis deixou no coração do povo um rasto de luminosa saudade, e o último homem dos Bragança deixou apenas aquele enjôo que provoca o vômito. (MARTINS, 1951, v. 1, p. 272)

Na iminência da fuga para o Brasil o toque de ironia ficaria por conta da rainha D. Maria que, em meio a sua real loucura, alarmada com a carreira dos cavalos, teria exclamado: “devagar, ou pensarão que fugimos!”.

Loucura patológica, loucura “santa”, muitas são as camadas de significado que, na obra de Martins, o termo encobre e desdobra. Devido a essa mobilidade de sentidos e ao peso que tem a associação direta da cabeça do reino ao mundo da desrazão esse é um aspecto da obra do historiador que aguçava o imaginário português.

A peculiar prática discursiva de Oliveira Martins, que tantos críticos associam a uma tendência literária do escritor, tem no aproveitamento da loucura um ponto de apoio importante porque a partir dela ele mobiliza elementos culturais que escapam ao instrumental próprio da abordagem historiográfica e abrem caminho para se pensar a trajetória coletiva como resultado de um conjunto de forças difuso, dificilmente quantificável pela observação objetiva da história. Seu olhar sobre Portugal resulta perturbador porque integra em um mesmo contexto dados mais objetivos, ligados ao encadeamento dos fatos, ao que se poderia chamar de efeitos desses mesmos dados sobre a mentalidade daqueles sobre os quais a história incide menos como realidade do que como imagem.

Pode-se identificar a força literária do texto de Martins nessa sua recusa em apresentar um sentido unívoco para a história que conta. Mais do que dizer o que é Portugal e quem são os portugueses, o que interessa a ele é descrever um cenário onde as forças individual e coletiva se opõem e complementam, em um equilíbrio que só se mantém à base de tensão. Focalizando-se seu aproveitamento da loucura, o modo como aparece na obra do historiador, observa-se que ela é o elemento a contribuir para que tal tensão seja mantida.

Para compreender o alcance do procedimento martiniano é preciso retomar a distinção clássica entre ficção e história proposta por Aristóteles, para quem a história necessariamente registra o que aconteceu, cabendo à ficção ser o discurso da possibilidade e não da factualidade. Pode-se dizer que Oliveira Martins supere essa distinção ao assumir que a historiografia não se faz sem a integração da possibilidade, que aqui responde pelo nome de interpretação, ao registro dos fatos. Mas para interpretar muitas vezes é necessário criar, não apenas situações que não constam dos documentos, mas relações entre fatos e contextos. É importante reiterar que em Oliveira Martins o procedimento interpretativo funciona como suporte para que a tensão em torno dos fatos e das motivações se mantenha. O historiador fala de motivações individuais e coletivas cuja comprovação documental é muitas vezes impossível. Entretanto – lembrando ainda a definição aristotélica – se a elas não se pode atribuir a qualidade de verídicas, sua verossimilhança tem a força do documento, não aquele em que se define o papel que a cada homem cabe desempenhar neste mundo, mas o que registra a precariedade das definições. Assim, a abertura que seu discurso historiográfico apresenta aproxima-o do universo literário naquilo que este tem de instrumento privilegiado na reflexão sobre a precariedade das convicções.

Referências Bibliográficas

- [1] BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- [2] BRUNO, Sampaio. *O Encoberto*. Porto; Lello & Irmão, 1983.
- [3] DURAND, Gilbert. O imaginário, lugar do “entre-saberes”. In: _____. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- [4] MACEDO, José Agostinho de. *Os sebastianistas*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1810.
- [5] MARTINS, J.P. Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1951. 2 vol.
- [6] PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Poemas esotéricos. São Paulo: Allca XX, 1996.
- [7] SARAIVA, António José. *A tertúlia ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1996.

¹ **Profa. Dra. Patrícia da Silva Cardoso**
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
pcardoso@ufpr.br

² Esta “Resposta aos críticos da *História de Portugal*” encontra-se reproduzida em SARAIVA, António José. Op. cit. p. 215-234.